



Volume II, número 1, jan-jun, 2021, pág. 568-588.

TRAJETÓRIA ESCOLAR DE CRIANÇAS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE MANAUS

CHILDREN BENEFICIARIES OF ASSISTENCY PROGRAM'S SCHOOL TRAJECTORY IN THE CITY OF MANAUS

TRAYECTORIA ESCOLAR DE NIÑOS BENEFICIARIOS DEL PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EN LA CIUDAD DE MANAUS

Maria de Jesus Campos Belém
Francisca Maria Coelho Cavalcanti
Maria Marly de Oliveira Coelho

RESUMO: Neste trabalho socializamos uma pesquisa exploratória realizada durante os estudos da disciplina Trabalho Final de Curso(TFC), do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, concluído em 2019, realizado pela FACED - Universidade Federal do Amazonas. Tal curso teve como finalidade instigar o debate sobre os processos de educação envolvendo sujeitos que se encontram em múltiplos contextos de pobreza, vulnerabilidade humana e social, que têm suas trajetórias escolares marcadas nesses lugares. Os resultados evidenciam que o acompanhamento da escola tem se limitado ao preenchimento de um registro de frequência mensal do beneficiário.

Palavras-chave: Formação contínua; trajetória escolar; educação; pobreza; desigualdade social.

ABSTRACT: In this paper, an exploratory research was carried out during the studies of the Final Course Paper (FCP) discipline, developed at the Improvement in Education, Poverty and Social Inequality Course, concluded in 2019, offered by the Education School at Federal University of Amazonas. The aim of the course was to instigate the debate about the education processes involving subjects that are in multiple contexts of poverty, human and social vulnerability, who have their school trajectories marked in these places. The results show that the school's monitoring has been limited to completing a monthly attendance record of the beneficiary.

Keywords: Continuing education; school trajectory; education; poverty; social inequality.

RESUMEN: En este trabajo se realizó una investigación exploratoria realizada durante los estudios de la disciplina Trabajo Final de Curso (TFC), del Curso de Perfeccionamiento en Educación, Pobreza y Desigualdad Social, concluído en 2019,



realizado por FACED - Universidad Federal del Amazonas. Este curso tuvo el propósito de impulsar el debate sobre los procesos educativos que involucran a sujetos que se encuentran en múltiples contextos de pobreza, vulnerabilidad humana y social, que tienen marcadas sus trayectorias escolares en estos lugares. Los resultados muestran que el seguimiento de la escuela se ha limitado a completar un registro de asistencia mensual del beneficiario.

Keywords: Educación continua; trayectoria escolar; educación; pobreza; desigualdad social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de um curso de extensão universitária ofertado pelo Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologias e Prestação de Serviços para as Redes de Ensino (CEFORT) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Neste processo em questão, articulou-se formação contínua, pesquisa exploratória e difusão do conhecimento.

Ações desse tipo, no âmbito das Instituições de Ensino Superior surgiram a partir de reflexões sobre os resultados obtidos nos 10 anos de existência do Programa Bolsa Família, criado em 2004. O Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social nasce da constatação da existência persistente da pobreza no País e que afeta, ao longo de nossa história, infâncias, adolescências e juventudes, apesar dos avanços importantes nas últimas décadas. O objetivo primeiro do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social é promover reflexões e discussões sobre as vivências dos sujeitos em circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza, vivendo relações sociais e políticas injustas.

O curso teve como finalidade provocar o debate e a reflexão acerca do importante desafio que tem a Universidade Federal no Estado do Amazonas, sobretudo, no que se refere aos processos de educação envolvendo sujeitos que se encontram em múltiplas situações de vulnerabilidade humana e social, que, simultaneamente, têm suas trajetórias escolares marcadas por contextos de pobreza e extrema pobreza.

Torna-se fundamental, a garantia plena do direito à educação com qualidade social, direito esse, que precisa ser, permanentemente, confirmado, na prática social, pela titularidade do direito público subjetivo, o qual, objetivamente deve ser garantido por meio de políticas públicas com a aplicação dos princípios que proclamam a



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

promoção da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com sucesso. É imprescindível haver o reconhecimento por parte do coletivo escolar de que a pobreza não deixa de existir quando esses sujeitos crianças/adolescentes entram na escola. Ao contrário, os efeitos de tal condição humana se manifestam de maneira contundente nos espaços de educação.

Na cidade de Manaus, a garantia desse direito público e subjetivo para o beneficiário do Programa Bolsa Família, conforme determina a Carta Magna do país em vigor, ainda há que superar inúmeras barreiras. Nesta incursão no universo escolar de crianças e adolescentes estudantes do Ensino Fundamental, por meio do processo reflexivo desenvolvido no curso, problematizou-se os principais fatores que têm dificultado a permanência e/ou a conclusão dos estudos para esses estudantes. Por outro lado, instrumentalizou-se o diálogo a respeito do quanto se faz urgente, no meio educacional, rompermos com práticas escolares que em pleno limiar do século XXI, por vezes naturalizam a condição de pobreza, negando suas raízes, e por assim fazer, muitas vezes, acabam reproduzindo no interior da instituição, as desigualdades sociais, ao reforçar, por exemplo, êxitos e méritos dos filhos de famílias de classes sociais que têm médias e altas rendas, e de outro ângulo, imprimindo na subjetividade de milhões de estudantes de famílias pobres, culpabilidade pelo próprio fracasso.

O relato apresentado foi sintetizado com base no livro, intitulado *“Trajetória escolar de crianças e adolescentes, em situação de pobreza ou de extrema pobreza, beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Manaus”*, aguardando publicação pela editora da UFAM (ISBN 978-65-5839-002-2. EDUA, 2020).

METODOLOGIA DE FORMAÇÃO E DE PESQUISA

O percurso metodológico priorizando atividade investigativa acerca das trajetórias escolares de crianças e adolescentes, beneficiários do Programa Bolsa Família constituiu atividade essencial na proposta formativa do Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, visto está em acordo com a proposta pedagógica de formação da então SECADI/MEC/2018. Para esta versão que focou nas trajetórias escolares de crianças e adolescentes beneficiários do PBF, e estando também, em consonância com um princípio básico de sustentação das práticas



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

de formação na Universidade Federal do Amazonas, qual seja, produção de novos conhecimentos primando pela indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Optamos pela pesquisa qualitativa do tipo exploratória, no formato de levantamento, concretizada no módulo Trabalho Final de Curso (TFC), tal pesquisa intitulou-se de “trajetória escolar de crianças e adolescentes, em situação de pobreza ou de extrema pobreza, beneficiários do Programa bolsa família”, tendo o projeto obtido aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM), código CAAE 08021019.0.0000.5020, datado de 21 de março de 2019.

O estudo se estruturou com vistas ao alcance do objetivo geral, de refletir sobre o perfil dos sujeitos assistidos pelo Programa Bolsa Família, as vulnerabilidades a que estão expostos, discutindo de que forma essas situações imprimem marcas às trajetórias escolares desses estudantes. De outro lado, buscamos conhecer quais as ações que são postas em prática nas escolas públicas, no sentido de minimizar ou superar essas distintas vulnerabilidades sofridas por crianças e adolescentes pobres ou extremamente pobres.

Considerando o exíguo tempo para realização de uma pesquisa densa em um curso de aperfeiçoamento de 180 horas, mas, também, conscientes de que nossos indicadores levantados não poderiam se traduzir em mero quantitativo estatístico decidiu-se pelo tipo classificado na literatura científica como Pesquisa Exploratória. Esta perspectiva, de fato, apresenta menor rigidez na aplicação dos instrumentos, sem, contudo, renunciar ao devido rigor metodológico quando de sua elaboração e sistematização.

Segundo Gil (2008, p. 46), a pesquisa exploratória, se define habitualmente, como um tipo que envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso, entre outros procedimentos. O levantamento de dados contribuiu para elaboração de síntese reflexiva sobre vulnerabilidades sociais e humanas que direta ou indiretamente se relacionam com o contexto escolar em suas dimensões políticas, pedagógicas, no âmbito da gestão, contextos comunitários e familiares, dentre outras.



CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE ESTUDO: MUNICÍPIO DE MANAUS

O campo que serviu de cenário nesta pesquisa exploratória foi o município de Manaus, especificamente, 14 escolas da Secretaria Municipal de Educação/SEMED e 10 escolas da Secretaria do Estado da Educação e Qualidade do Ensino/SEDUC-AM, distribuídas nas 6 principais zonas da cidade.

Quadro I - Distribuição das Zonas Geográficas/Manaus

Zona Município	Leste	Norte	Oeste	Centro Oeste	Sul	Centro Sul
Manaus 2.182.763h; 63 bairros oficiais	447 946h ; 11 bairros	501 055h; 10 bairros	253 589h ; 12 bairros	148 333h ; 5 bairros	286 488h ; 18 bairros	152 753h ; 7 bairros

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados colhidos na Wikipédia livre.

A cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, neste ano de 2019 possui uma população estimada em dois milhões, cento e oitenta e dois mil e sessenta e três pessoas (2.182,63) e nos últimos cinquenta anos, após a instalação do Polo Industrial com a criação da Zona Franca de Manaus em 1967 passou por inúmeras transformações sociais e econômicas. Desde então, o intenso crescimento populacional vem ampliando os níveis de desigualdade social na cidade, principalmente para as camadas mais pobres e de baixa renda que por não terem como arcar com o alto custo de vida numa grande cidade, acabam ocupando as periferias, nas áreas mais carentes e desprovidas de infraestrutura, formando um panorama que contrasta com os conjuntos habitacionais estruturados, ocupados pelas camadas de média e alta renda.

De acordo com o PNUD Brasil, o bairro manauara com melhor qualidade de vida e Índice de Desenvolvimento Humano é o Nossa Senhora das Graças, que possui um IDH de 0,943, qualidade de vida semelhante ao da Noruega, por exemplo. Entretanto, também se encontram em Manaus locais com índices de pobreza semelhante aos de países pobres, como a comunidade de Grande Vitória, que possui um IDH de 0,658, semelhante ao da Bolívia, ou a comunidade de Parque São Pedro, detentor de um IDH de 0,688, que permite compará-la ao Vietnã. No total, treze comunidades e bairros



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

em Manaus foram classificados como em estado de "pobreza" e outros dois como em "extrema pobreza". A região da cidade tida como de melhor qualidade de vida é a Centro-Sul, além de outras localidades como Ponta Negra e algumas partes do bairro Cidade Nova. A região de maior incidência de pobreza é encontrada nas comunidades de Nova Vitória, Grande Vitória e nos bairros Cidade de Deus e partes do Jorge Teixeira e Tarumã.

Semelhante ao que acontece em muitas cidades brasileiras, na cidade de Manaus, ainda é comum, crianças e adolescentes pobres abandonarem a escola fundamental, logo nos primeiros anos de escolaridade, engrossando a lista dos excluídos, e também, gerando contínua demanda e necessidade de correção de distorções idade-série nesta modalidade de ensino.

Conforme levantamento diagnóstico que subsidiou a elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE/AM) de 2015, consubstanciado nas exigências legais dispostas no artigo 214 da Constituição Federal do Brasil (1988), artigo 203 da Constituição Estadual de 1989, na Emenda Constitucional 059 de 2009, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, n.º 9.394/96), na Lei 13.005/2014 que aprovou e instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), e dados do censo demográfico do IBGE de 2010, ficou evidenciado que no estado do Amazonas, somente em 2014, para uma população de 784.571 mil crianças e adolescentes com idade de 6 a 14 anos (faixa etária do Ensino Fundamental), desse total, 654.398 mil estudantes, apenas 83.4% estavam matriculados efetivamente no Ensino Fundamental, sendo que 130.173 mil ainda estavam fora da escola (PEE/AM: 2015, p. 24).

Na página 25 do referido plano consta ainda, informação de que segundo dados do INEP/MEC/2014 aproximadamente, metade dessa população de 6 a 14 que está fora da escola, se concentra em 13 municípios do Amazonas, e dentre estes, destaca-se a população de Manaus.

No município de Manaus, onde a população cresce 10% a cada dois anos, agiganta-se, o desafio de cumprimento até o final da vigência do PEE/AM em 2025, da Meta 2 que aponta compromisso do poder público constituído, com a resolução do problema de distorção de idade-série pela garantia de que 85% desses alunos de 6 a 14



anos conclua o Ensino Fundamental na idade recomendada num período de 5 a 10 anos.

Entretanto, para que 70% desses alunos conclua até o quinto ano de vigência do PEE/AM o ensino fundamental na idade recomendada, elevando esse percentual a 85% até 2025 será necessário alcançar nos primeiros 5 (cinco) anos um crescimento médio anual de 4 % e mais 10% até o término da vigência deste Plano, ou seja, 2% anuais em mais 5 (cinco) anos (p.25).

E embora o índice que mais cresceu na aferição do Índice de Desenvolvimento Humano da cidade tenha sido o aspecto da educação, que no ano de 2010 alcançou 0,215 do índice geral de 0,737, Manaus ocupa ainda a 850ª posição mediana no ranking brasileiro, necessitando, portanto, melhorar muito esse IDH, já que o crescimento da população segue acelerado e com isso, aprofundamento das desigualdades sociais e ampliação dos bolsões de pobreza da população.

Para a maioria da população que reside em Manaus, a mercê da pobreza extrema e em condições precárias de vida, o desafio de continuamente garantir o acesso e a permanência da criança e do adolescente na escola fazendo valer o princípio constitucional da tão proclamada promoção da igualdade de condições para o acesso e permanência do estudante, tendo uma trajetória escolar de sucesso, torna-se a cada ano mais complexa para os poderes públicos constituídos.

Logo, em nossa cidade, percebe-se que as trajetórias escolares desse público de beneficiários do Programa Bolsa Família são marcadas pela profunda e crescente desigualdade de renda familiar e de acesso aos bens e serviços, nas comunidades periféricas. Tal adensamento das condições de pobreza se reflete em todos os âmbitos da vida do cidadão, e, além de ferir os direitos socialmente conquistados em leis e comprometer, efetivamente a qualidade de vida com relação às necessidades básicas, repercutirá de forma negativa no processo de ensino e aprendizagem do estudante da rede pública?

Empenhados em tecer reflexão a esse respeito buscamos colher um conjunto de informações nos universos educacionais correspondentes às redes públicas (SEMED/SEDUC) que nos possibilitasse fazer uma leitura problematizadora sobre as trajetórias escolares de crianças e adolescentes, beneficiários do Programa Bolsa



Família, não se pretendeu, todavia, aprofundar aqui uma discussão de dados relativos aos aspectos histórico, social, econômico e cultural da vida no município, e sim, somente ilustrar aspectos da educação escolar.

A PESQUISA EXPLORATÓRIA

A pesquisa de levantamento realizou-se em 14 escolas municipais e 10 escolas estaduais das Redes Públicas de Ensino de Manaus que ofertam o Ensino Fundamental I e II, localizadas nas principais zonas periféricas, e algumas nas proximidades do centro de Manaus, a saber: Zona Norte, Zona Centro-Sul, Zona Sul, Zona Leste e Zona Oeste e Zona Centro-Oeste. As escolas públicas selecionadas foram aquelas que apresentaram maiores quantitativos de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família matriculados no ano de 2019.

Desse universo de escolas, os participantes foram: 22 Pedagogos, 22 gestores e 79 professores, profissionais que atuam nas duas grandes redes de ensino público, SEMED e SEDUC. O principal instrumento foi a aplicação de um questionário visando sondar opinião dos membros da escola, gestor(a), pedagogo(a), professor(a) acerca dos fatores sistêmicos e persistentes que colocam a criança e o adolescente manauara em condição de vulnerabilidade social e fragilizando seu aproveitamento escolar.

Como se sabe, o benefício do PBF se destina às famílias brasileiras de baixa renda que diariamente são afetadas pelas mazelas e desigualdades sociais, resquícios da extrema pobreza no país. Também em Manaus, em todas as zonas, principalmente nas regiões mais populosas identificamos esse público de estudante beneficiário do Programa. Isso porque, na medida em que novas ocupações se dão continuamente e de forma precária em regiões sem o mínimo de infraestrutura e condições de saneamento básico, cresce a população pobre nas periferias e a demanda por vagas nas escolas públicas, e, por conseguinte, também se amplia o contingente de pessoas de baixa renda, carentes do benefício oferecido pelo governo.

Para se ter uma ideia da problemática atual, de acordo com dados do IBGE/2017, na Zona Leste, por exemplo, a segunda maior da cidade em extensão e população, formada por 11 bairros oficiais, nessa região estão alguns dos bairros mais populosos, como o São José Operário, Jorge Teixeira e Zumbi dos Palmares. A



ocupação da Zona Leste é diversa, possuindo tanto bairros de classe média como bairros de classe baixa. As demais zonas de Manaus também possuem composição similar, se diferenciando apenas em extensão e contingente populacional, como apresentado no quadro I.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SESEP/2019) existem áreas como o bairro da Compensa que se destaca dos demais bairros da Zona Oeste como um “bolsão de violência”, causada pelo tráfico de drogas. Já na Zona Norte, os bairros Monte das Oliveiras e Colônia Terra Nova foram mapeados pela segurança pública como “áreas vermelhas”, pelos altos e constantes índices de violência ocorridos nessas localidades.

Como se pode perceber, são múltiplos e complexos os contextos, gerando múltiplas e distintas vulnerabilidades sociais e humanas nas quais os profissionais das escolas públicas desenvolvem suas práticas educativas diariamente.

Quadro II – Escolas Participantes da Pesquisa

Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Total
14	10	24

Quadro III – Profissionais da Educação participante da pesquisa

Professores	Pedagogos	Gestores	Total
79	22	22	123

Fonte: Elaboração própria a partir dos instrumentos.

As informações obtidas com questionário de levantamento, por meio de questões abertas e específicas, mais o procedimento de realização de uma consulta documental às fichas, atas e outros documentos (administrativos e pedagógicos) contendo informações e evidências sobre a trajetória escolar, dos estudantes, material disponibilizado pela secretaria da escola, foram compactadas e sistematizadas.

O processo de análise e síntese da diversidade de falas e percepções de nossos interlocutores ancorou-se na vertente conhecida como Análise de Conteúdo.



Concernente à utilização da análise de conteúdo nas Ciências Humanas, Bardin (2011, p. 34) ressalta sua importância, ao afirmar que deve-se “Apelar para esses instrumentos de investigação laboriosa de documentos é situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim a P. Bourdieu passando por Bachelard, querem dizer não “a ilusão da transparência” dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea” [...]. Portanto, convém estar atento e disciplinar às próprias impressões com vigilância crítica quando se busca compreender, efetivamente, as teias implicadas na relação entre formação escolar e pobreza no Brasil, faz-se imprescindível projetar a visão para além das percepções imediatas.

Na sequência serão apresentadas algumas das inúmeras percepções dos 123 participantes do estudo, visões que oscilam entre o escasso conhecimento sobre a importância e a finalidade dessa política de governo PBF, e a respeito de quem são os estudantes beneficiários acerca do acompanhamento da frequência escolar destes, e concernente à transferência de renda direta às famílias pobres.

PERFIL E TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS ESTUDANTES ASSISTIDOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Quem é o estudante vulnerável do Ensino Fundamental e até que ponto sua trajetória escolar é afetada pelas vulnerabilidades sociais e humanas por ele sofridas em situações de extrema pobreza?

Hoje, este estudante, na faixa etária de 6 a 14 anos de idade está extremamente vulnerável naquilo que concerne ao usufruto de seus direitos conquistados, mas que, por outro lado, têm sido constantemente negados, bem como naquilo que concerne às possibilidades concretas de viver plenamente sua infância e adolescência enquanto sujeitos de direitos públicos e subjetivos.

Identificamos no *perfil* desses meninos e meninas elementos que confirmam constante exposição a todo tipo de vulnerabilidade, forte insegurança e riscos de se envolver com a delinquência, violência e drogas, violência psicológica, assédio sexual, baixo rendimento e evasão escolar, dentre inúmeras mazelas sociais, econômicas e políticas.



Sobre a percepção de diferenciações no *processo de aprendizagem* dos estudantes beneficiários do PBF dos não beneficiários, os participantes têm opiniões distintas.

A grande maioria dos gestores não identifica diferença no aprendizado, considera o desempenho do estudante compatível com os demais, outros consideram regular. Um único gestor afirmou que “o programa em si não garante que serão bons alunos, alguns só vêm para não perder o BF, o programa traz o aluno para a escola, mas nem todos conseguem se manter”.

Já os pedagogos concordam com a maioria da opinião dos gestores, considerando boa e não destacando diferenças entre os alunos. Mas a minoria dos entrevistados definiu como “caótica”, “precária” e “dentro das expectativas deste segmento”, o aproveitamento escolar dos estudantes beneficiários.

Quanto aos professores, na sua grande maioria, não percebem essa diferença. Alguns poucos dizem que sim e que a escola deve proporcionar reforço para o estudante, reuniões com os pais para orientação e refletir sobre a valorização do estudo.

Em relação à *Condicionalidade Pedagógica* exigida pelo PBF: acompanhamento da frequência escolar, se esta garante o aprendizado do aluno e o que a escola poderia fazer para integrar a frequência e o aprendizado, também obtivemos respostas variadas.

A maioria dos *gestores* respondeu que é muito importante essa condicionalidade, se não a houvesse o estudante seria ainda mais infrequente, por outro lado, reconhece que não garante por si só a aprendizagem. Para melhorar a aprendizagem do aluno, a escola deve entrar em contato com a família diretamente, acompanhar diariamente a presença da criança e aproximar os pais da escola.

Os *pedagogos*, na sua maioria, concordaram com os gestores, mas acrescentaram que: “precisa cobrar mais as atividades escolares, as avaliações e comportamento na escola”. Sugerem para que o aprendizado melhore: palestras e conversas com os pais, outro destaca que: “A escola faz o suficiente, mas, o governo é que precisa fiscalizar a família”.

Quanto aos *professores*, suas respostas foram diversas: uma parte acha importante essa condicionalidade para a aprendizagem do aluno; já os outros dizem que “todos devem frequentar a escola” e esta deve “acompanhar todos os alunos,



independente de ele ser do PBF”; “o acompanhamento é válido porque reduz a evasão escolar”, mas “a escola deveria ter mais condições de acompanhar esses alunos, além das salas de aula”; “deve mudar essa condição em prol de novas normas”; “deve ser atrelado ao rendimento escolar”; “incompleto, pois não adianta apenas ter presença deve ter notas e conhecimento [...]”. Outro acrescenta: “Sou contra essa condicionalidade, pois os alunos têm de gostar, amar o ambiente escolar para que o aprendizado se torne fácil e prazeroso”. E sugere: “projetos que desenvolvam competências e habilidades dos educandos [...] ambiente em turnos integrais, com ações que beneficiem a comunidade discente, retirando-os dos riscos que eles possam enfrentar fora dela”.

No que concerne ao *futuro do PBF*, se a decisão estivesse a cargo dos respondentes, estes assim decidiriam que: os *gestores*, a maior parte afirmou que manteria, apenas um afirmou que acabaria e dois afirmaram que ampliariam o Programa; os *pedagogos*, se dividiram nessa questão: uma parte manteria o Programa e a outra, acabaria com o mesmo.

Quanto aos *professores*, na sua grande maioria, acabariam com o Programa e poucos manteriam; alguns ampliariam, mas um bom número não respondeu ou não soube responder.

A justificativa de *manter o Programa*, na visão dos *gestores*, é de que manteria, mas faria reformas, no sentido de acompanhamento efetivo dos usuários do Programa com mais condicionalidades, como frequência e aproveitamento escolar, avaliando com mais critérios e incluindo a responsabilidade dos pais, quem recebesse o benefício, deveria prestar algum serviço à comunidade. E os *pedagogos* concordaram com algumas considerações dos gestores e acrescentaram que é necessário aumentar a fiscalização e o controle, investimentos e cursos para os alunos aprenderem uma profissão, cursos de qualificação para os pais, devido o quadro de extrema miséria. Os *professores*, na sua minoria, afirmam que é o mínimo que o governo pode fazer pelas famílias, mas que deve aumentar a fiscalização; reorganizar e verificar a real necessidade; estenderia a todos os alunos do ensino público.

Na justificativa de *encerrar o Programa*, os *gestores* dizem que alguns recebem indevidamente o benefício, há necessidade de fiscalização. Os *pedagogos* afirmam que, este benefício não dignifica o ser humano”, “seria preciso determinar um tempo e atrelar



o PBF com o Sine/Programa de trabalho e encontrar um trabalho fixo para os pais”. Os *professores* afirmam que acabariam o Programa porque o que existe é “a vontade de ganhar sem esforço”, “com essa renda se poderia gerar emprego”, “se o benefício não é destinado ao seu real propósito”, “só está garantindo voto e não ajudando a garantir emprego”, “os pais se beneficiam com a situação de pobreza da família”, “só incentiva o comodismo”.

Os poucos que ampliariam o Programa, tanto gestores quanto pedagogos, justificam que ampliariam “o acesso ao Programa e aumentariam o valor e incluiriam além da frequência, exigência de melhor rendimento escolar”. Os professores afirmam que “o benefício é insuficiente, fica a desejar”, “adotaria critérios para que o aluno obtivesse êxito no aprendizado”.

Reunindo-se todos esses fragmentos de falas, constatou-se que entre os estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família há de fato baixo rendimento escolar e que os estudantes possuem muitas dificuldades na assimilação dos conteúdos de aprendizagem dos componentes curriculares obrigatórios, de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, arte e educação física. Entretanto, os professores, os gestores e os pedagogos não relacionam tais dificuldades de aprendizagem dos estudantes com o fato de estes serem beneficiários de uma renda direta porque vivem em contextos de muita pobreza. Na verdade, essa condição não é fator de apreciação pelos educadores. Dizem que o tratamento é dispensado a todos os estudantes da turma sem nenhuma diferenciação, todos são tratados com igualdade de procedimentos pedagógicos e o esforço para progredir deve ser individual.

Por outro lado, se queixam os mesmos professores de não haver por parte da escola, um acompanhamento pedagógico para os estudantes beneficiários do PBF, reclamam que, sequer são informados de quem são os beneficiários matriculados em sua turma; alegam ter poucas informações sobre a realidade desses sujeitos de direito, o que sabem com certeza é que há a obrigatoriedade de uma frequência mensal, preenchida em algum setor da escola.

A maioria dos professores avalia que a renda recebida pelo Programa é utilizada para ajudar no sustento das famílias dos estudantes, sendo desviada de sua real função que é a compra de material escolar e complemento na alimentação deles, segundo



dizem; se eximem de qualquer responsabilidade afirmando que a responsabilidade não é da escola e sim dos pais.

Poucos dos nossos entrevistados ressaltam que o aproveitamento escolar é mais importante do que a frequência; e afirmam também que o controle da frequência ajuda na assiduidade e evita a evasão escolar. Agem como se desconhecessem a existência da pobreza, como se 17 milhões de crianças e adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família criado em 2004 pela Lei nº 10.836, fundamentado na Carta Magna de 1988, fossem invisíveis.

CONDICIONALIDADES PEDAGÓGICAS: ACOMPANHAMENTO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTUDANTE

As chamadas condicionalidades entendidas como sendo o acompanhamento pela fiscalização dessas famílias beneficiárias com relação à utilização da bolsa para o acesso aos serviços públicos previstos nas finalidades do Programa se faz pelas ações conjuntas em parcerias com as instituições de Assistência Social, Saúde e Educação.

Um esforço coletivo voltado aos principais objetivos da transferência direta dessa renda, a saber:

Combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional; Promover o acesso das famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial os de saúde, educação e assistência social; Apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; Combater a pobreza e a desigualdade; e Incentivar que os vários órgãos do poder público trabalhem juntos nas políticas sociais que fortaleçam as famílias a superarem a condição de pobreza (BRASIL, 2015, p.10).

Às instituições de educação caberia o cumprimento da chamada condicionalidade pedagógica, cujos critérios de exigência se voltam para a matrícula de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, com garantia de frequência mensal mínima de 85% para o público de 6 a 15 anos; e de 75% para os estudantes de 16 e 17 anos. Esse



acompanhamento da frequência escolar do estudante beneficiário pelo setor responsável deve ocorrer de 2 em 2 meses e 5 vezes ao ano.

A condicionalidade pedagógica está prevista na Lei de criação do Programa Bolsa Família, o seu descumprimento poderá implicar em perda do benefício:

Art. 3º: A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência (BRASIL, 2004).

Constatou-se que há considerável fragilidade nesta política de acompanhamento no que diz respeito ao cumprimento integral dessa condicionalidade pedagógica. Se o objetivo é responsabilizar e não punir a família, podendo esta receber notificação de advertência, quando ocorre negligência no cumprimento dos critérios que envolvem a frequência escolar do estudante, a instituição não tem “pernas” e nem dispõe de estratégias pedagógicas para ajudar a família na assunção dessa responsabilidade. Além disso, por tratar-se de monitoramento em conjunto com outras instituições de saúde e assistência social, fica difícil para a escola mensurar em que proporção à renda recebida pela família, está sendo gasta efetivamente para elevar a qualidade de vida e superar condições de penúria, por exemplo. Efetivamente, o acompanhamento tem se limitado ao preenchimento de um formulário contendo registro de frequência mensal do beneficiário, informações obtidas quase sempre na secretaria da escola, por sua vez o formulário é encaminhado aos arquivos nas coordenações do Programa Bolsa Família existentes nas Secretarias de Educação. Não existe de fato uma política de acompanhamento específico, as ações são muito reduzidas no interior da própria escola,



muitos professores disseram que sequer conhecem quem são os estudantes beneficiários que estão matriculados em sua turma.

CURRÍCULO EM AÇÃO NA ESCOLA E SUPERAÇÃO DAS DISTINTAS VULNERABILIDADES HUMANAS E SOCIAIS

Em face de contextos de adversidades, de uma visão moralista da pobreza, violação de direitos fundamentais, comprometimentos do desenvolvimento humano e extremas vulnerabilidades ocasionadas por crises e catástrofes ora naturais, ora de origem humana, torna-se pertinente indagar que formação escolar e organização curricular contribuirão efetivamente para uma formação humanizadora nas práticas cotidianas?

[...] uma pergunta obrigatória se coloca: por que as escolas não reagem, e continuam aceitando essa sublime missão de salvar os(as) pobres? Podemos respondê-la da seguinte maneira: as formas de pensar a pobreza como questão moral não são apenas da sociedade, da mídia e dos programas socioeducativos, mas são também das escolas e da cultura pedagógica demasiadamente moralizantes (ARROYO, 2015, p.11).

A superação dessa visão reducionista que ignora os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, e que tem culminado ao longo dos anos em práticas pedagógicas embasadas numa concepção ingênua e salvacionista de educação, se faz urgente e inadiável.

A cultura pedagógica que sustenta esse modo de conceber o papel da educação escolar, compreendendo sempre o trabalho pedagógico como reflexo da relação entre a sociedade e a escola, ainda muito presente no dia a dia dos educadores, sobre isso, Cortella (2008, p. 110) define como sendo:

O otimismo ingênuo atribui à Escola uma missão salvífica, ou seja, ela teria um caráter messiânico; nessa concepção, o educador se assemelharia a um sacerdote, teria uma tarefa quase



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

religiosa e, por isso, seria portador de uma vocação. Na relação com a Sociedade, a compreensão é de que a Educação seria a alavanca do desenvolvimento e do progresso [...].

O problema dessa concepção que é otimista e ingênua é que, ao mesmo tempo em que valoriza o papel da escola, torna-se ingênua ao atribuir a esta, uma autonomia absoluta, que seria exercida por um poder que a escola não detém como, o de extinguir a pobreza e a miséria via educação. Ao creditar à escola essa missão suprasocial, afirmando que a instituição serve a todas as classes sociais indistintamente, desenvolveria um projeto educativo marcado por uma pretensa neutralidade. Assim, nessa linha de pensamento e trabalho, os educadores seriam missionários vocacionados, ingênuos, apartidários políticos, ao invés de serem reconhecidos como profissionais de um ofício (professores de profissão).

No Brasil, por volta dos anos oitenta foi sendo gestada outra concepção contrapondo-se ao chamado *otimismo ingênuo* que foi cunhada por Cortella (2008) de *otimismo crítico*, segundo a qual a autonomia da escola é relativa, porque esta é contraditória em sua natureza.

Para esta perspectiva crítica, a escola pode ser ao mesmo tempo, conservadora ou inovadora:

A Escola pode sim, servir para reproduzir as injustiças, mas, concomitantemente, é também capaz de funcionar como instrumento para mudanças: as elites a utilizam para garantir seu poder, mas, por não ser asséptica, ela também serve para enfrentá-las. As elites controlam o sistema educacional, controlando salários, condições de trabalho, burocracia etc., estruturando, com isso, a conservação; porém, mesmo que não queira, a Educação por elas permitida contém espaços de inovação a partir das contradições sociais. Não é casual que as elites evitem ao máximo a universalização qualitativa da Escola em nosso país. (CORTELLA, 2008, p. 114).



Mergulhado nessa dupla faceta e via de mão dupla da escola está o educador que tem um papel político-pedagógico, posto que não existe a possibilidade de exercício de sua atividade profissional de forma neutra.

Sendo assim, o professor tem que pensar sua prática em meio às contradições existentes no espaço escolar, e decidir sobre os rumos que tomará, diariamente ao constituir sua profissionalidade em determinado coletivo escolar, precisa eleger suas práticas em acordo com as vertentes conservadoras ou inovadoras.

Paulo Freire (2003, p. 60) ressalta como sendo fundamental que o professor(a) assuma uma postura política em relação ao ato de ensinar. Diz ele que “é testemunhando sua habilitação para decidir que a educadora ensina a difícil virtude da decisão. Difícil na medida em que decidir é romper para optar”.

Se dedicarmos atenção aguda à realidade social, econômica circundante da vida do estudante do ensino fundamental, extremamente pobre, a decisão do educador só poderá ser pela construção de um projeto coletivo de educação que conduza à autonomia e à cidadania livre. É preciso olhar de perto a escola, seus sujeitos, suas complexidades e rotinas e fazer as indagações sobre suas condições concretas, sua história, seu retorno e sua organização interna.

Nesse exercício que levará à tomada de decisão, torna-se fundamental, que todos os envolvidos no processo educacional se questionem e busquem novas possibilidades sobre currículo: o que é? Para que serve? A quem se destina? Como se constrói? Como se implementa?

Estes são questionamentos que os docentes vêm se fazendo de forma mais incisiva desde os anos noventa na busca de humanização do trabalho docente. Existe uma parcela inquieta dos professores que querem mudanças, compreendem nitidamente a importância de repensarmos a lógica e os valores que estruturam a organização curricular.

O currículo não é mais concebido de forma limitada a plano estruturado de estudo com ordenamento dos conteúdos por séries, níveis, disciplinas e cargas horárias pré-estabelecidas em prol das lógicas de méritos e sucesso, de acordo com os apelos da visão mercantilizada do mercado. De caráter amplo e contextual, atualmente, entende-se que o currículo deve ir além de ordenamento de disciplinas com adição de temáticas



sociais e contemporâneas específicas, se expande relacionando-se às questões fundamentais da profissionalidade docente, o que exige mudanças de concepção e postura.

Para Arroyo (2007, p. 19) as mudanças passam pela consciência profissional, lógica e valores:

Este é o cerne das indagações: repensar e superar lógicas estruturantes dos currículos que afetam a estrutura de trabalho, de tempos e até hierarquias profissionais –, indagações nucleares pouco privilegiadas nas políticas de currículo.

Esse repensar da organizar curricular apontam para a necessidade de instituir, efetivamente, uma humana docência, cujos conteúdos centrais se assentam em novas sensibilidades sobre a identidade docente e a identidade discente. Não há como ignorar as vulnerabilidades que fragilizam a trajetória escolar do estudante extremamente pobre, também não há como fingir que essas condições em que vive o estudante, não afetam o fazer pedagógico em sala de aula, tensionando, inclusive, as relações entre os pares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao século XXI continuando a questionar sobre qual o lugar no currículo escolar para as histórias de vida da criança e do adolescente, para respeito aos valores culturais da diversidade e reforço à capacidade de resiliência às adversidades ocasionadas pelas condições de pobreza, tão peculiar se, considerarmos a formação étnica da nação brasileira.

É imprescindível sensibilizar os profissionais do Ensino Fundamental e de outros segmentos envolvidos com políticas sociais, no sentido de estabelecerem as devidas relações da educação escolar com os demais aspectos sociais, chamando atenção para as necessidades de ruptura com práticas escolares que ao invés de incluir, reforçam a condição de pobreza, reproduzindo as desigualdades sociais já existentes. Quando a consciência política de um professor é forte, acontece o que diz Arroyo (2001, p. 207), “a escola é mais do que escola, professor(a) é mais do que transmissor, habilitador” de conteúdo.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

Com base no estudo feito podemos afirmar, não sem uma dose de tristeza é claro, que poucas são as ações desenvolvidas pelas escolas visando minimizar ou superar as condições de pobreza e extrema pobreza dos estudantes, se limitam a: busca ativa por estes em suas casas, incentivos com palestras, debates de temas de interesse etário, acompanhamento psicológico e social, breves cursos de aperfeiçoamento, atividades de prevenção com a saúde, orientação aos pais, parcerias com órgãos públicos, entre outros. A escola precisa mudar ampliar sua metodologia interventiva.

O currículo em ação nas escolas públicas municipais e estaduais tem se centrado nas matérias obrigatórias com o desenvolvimento de ações pontuais, reduzindo o fenômeno educativo de seus contextos históricos, culturais e de temas da vida social contemporânea. Quanto às múltiplas vulnerabilidades humanas e sociais que afetam significativamente, as trajetórias de crianças e adolescentes, beneficiários do Programa Bolsa Família, têm sido silenciadas, ignoradas pela escola naquilo que concerne às suas lógicas e valores.

Convém não olvidarmos que o processo educativo é complexo e fortemente marcado por variáveis econômicas, sociais e pedagógicas, portanto, devemos entender que o mesmo não pode ser analisado fora de uma interação dialógica entre a escola e a vida, considerando-se o desenvolvimento humano e das organizações, o avanço do conhecimento científico e suas interfaces com a cultura, matéria intrínseca à sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. MEC/SECADI, 2007. (p. 17-52).
- ARROYO, Miguel. Pobreza, desigualdades e educação. *Módulo Introdutório*. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MEC/SECADI, 2015. (p. 6-21).
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações, 2014.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

BELEM, Maria J.C.S... [et al]. *Trajatória escolar de crianças e adolescentes, em situação de pobreza ou de extrema pobreza, beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Manaus*. Manaus/AM: EDUA, 2020.

BRASIL. *Lei 13.005/2014*. Aprovou e Instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE).

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.836 de 09/01/2004. Cria O Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-6/2004/lei/110.836.htm. Acesso em 23/07/2016.

CORTELLA, Mario Sérgio. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não! Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Amazonas, SESEP, 2019.

Recebido 20/11/2020. Aceito: 14/12/2020.

Autoras

Maria de Jesus Campos Belém - Universidade Federal do Amazonas-Faculdade de Educação. Manaus, Amazonas, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8561-0737>.

E-mail: jusabelem@hotmail.com

Francisca Maria Coelho Cavalcanti; - Universidade Federal do Amazonas-Faculdade de Educação. Manaus, Amazonas, Brasil.

E-mail: franciscamcc@hotmail.com

Maria Marly de Oliveira Coelho - Universidade Federal do Amazonas-Faculdade de Educação. Manaus, Amazonas, Brasil.

E-mail: marlycoelho1952@gmail.com